

# EXTRACTIVOS

e violência contra  
a mulher





# womin

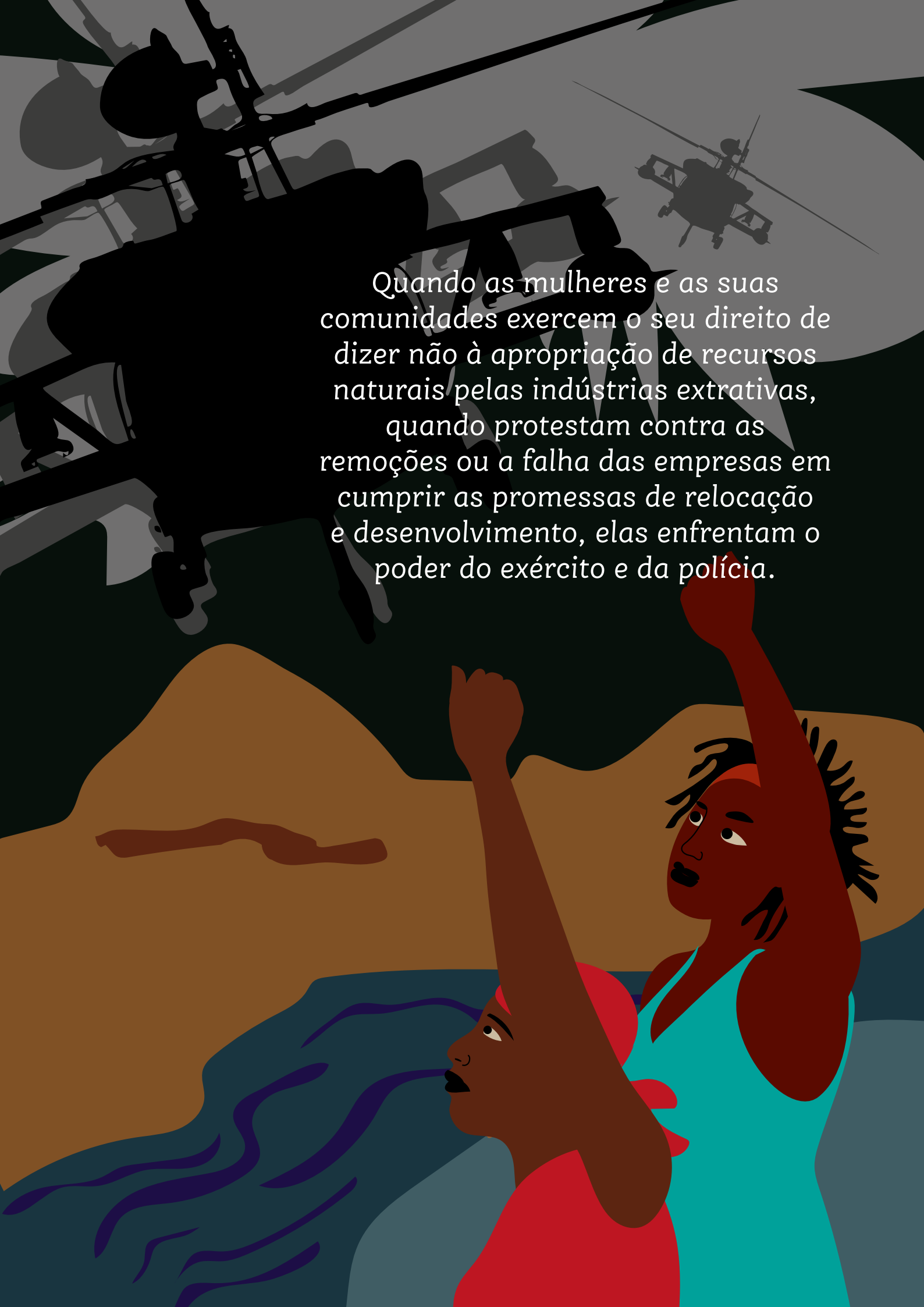
Este documento é um esforço colectivo de Shamim Meer, Winnet Shamuyarira e Samantha Hargreaves. Baseia-se em literatura crítica e política feminista investigação económica sobre extractivismo, militarização e a violência contra as mulheres empreendida pela WoMin e os seus parceiros e lançado em 2020 (Ver investigação publicações e guias de activistas [aqui](#)).



# CONTENTS

---

<b>Introduction</b>	<b>5</b>
<b>Parte Um: Experiências de violência contra mulheres</b>	<b>9</b>
<i>Violência no Delta do Níger</i>	
<i>Violência sexual e abuso de mulheres dentro e ao redor das plantações</i>	
<i>Armas, poder e política: as zonas de mineração de diamantes de Marange no Zimbábue</i>	
<i>Armas, poder e política: Serra Leoa</i>	
<i>Armas, poder e política: Moçambique</i>	
<b>Parte Dois: Experiências femininas em busca de justiça</b>	<b>17</b>
<i>Hudbay</i>	
<i>Barrick</i>	
<b>Parte Três: Compreendendo a violência e um olhar crítico sobre estratégias para lidar com a violência</b>	<b>21</b>
<i>Procurando estratégias</i>	
<b>Parte Quatro : Trabalhando em alternativas</b>	<b>29</b>
<i>Trabalho contínuo da WoMin na busca de ações alternativas</i>	
<i>Piloto no Zimbábue</i>	
<i>Aprendendo com o Movimento dos Guardiões de Yaoska</i>	
<b>Parte Cinco: Uma breve nota de conclusão</b>	<b>36</b>
<b>Referências</b>	<b>37</b>

An illustration depicting a protest. In the foreground, two women with raised fists are shown in profile, looking towards the background. The woman on the left wears a red top, and the woman on the right wears a cyan top. The background features a dark landscape with brown hills and a blue body of water. In the upper left, a large black silhouette of a mining truck is visible. In the upper right, a smaller silhouette of a helicopter is shown. The overall style is graphic and uses a limited color palette of dark tones, browns, blues, red, and cyan.

Quando as mulheres e as suas comunidades exercem o seu direito de dizer não à apropriação de recursos naturais pelas indústrias extrativas, quando protestam contra as remoções ou a falha das empresas em cumprir as promessas de relocação e desenvolvimento, elas enfrentam o poder do exército e da polícia.

# INTRODUCTION

## Extractivos e violência contra a mulher

Shamim Meer 12 April 2021

**Mulheres em comunidades afectadas por projectos extractivos - mineração, plantações e grandes projectos de energia - enfrentam diariamente violência pelas mãos da polícia, exército e empresas de segurança privada, causando devastação na vida das mulheres, muitas vezes com o apoio activo do estado. Mulheres têm sido violadas, violadas em grupo, assediadas sexualmente e coagidas a trocar sexo por empregos, água e lenha.**

Para além de oferecer apoio às mulheres nestas situações, a WoMin, em conjunto com os seus aliados e com mulheres afectadas por essa violência, tem vindo a empenhar-se na compreensão desta violência de forma a tomar acções efectivas contra ela.

Neste artigo, compartilhamos o nosso entendimento sobre a violência, as nossas ideias sobre acções eficazes e algumas das nossas acções em curso. A Parte Um do artigo começa com as experiências de violência vividas por mulheres. A Parte Dois examina as experiências das mulheres na busca pela justiça, observando que, dadas as limitações para garantir a justiça dentro do sistema existente, as mulheres precisam procurar formas alternativas de justiça. A Parte Três define a nossa compreensão da violência e oferece uma crítica às estratégias actuais. A Parte Quatro considera estratégias alternativas, incluindo o trabalho

contínuo da WoMin na prestação de apoio a traumas e ao pensar em formas apropriadas de justiça dentro do quadro da construção do poder das mulheres.

Deixamos claro neste artigo o entendimento ecofeminista da WoMin, que situa a violência que as mulheres vivenciam dentro das estruturas da economia. A mineração e a economia extractivista ocorrem no contexto de um sistema económico violento. Este sistema é baseado na produção com fins lucrativos e explora a natureza e as pessoas. Ele destrói ecossistemas inteiros de recursos hídricos, florestas e terras. Ele destrói os meios de subsistência das comunidades, que são muitas vezes removidas à força das terras e dos recursos dos quais dependem para a sua sobrevivência. Ele explora o trabalho dos trabalhadores, incluindo o trabalho das mulheres e os seus corpos.<sup>1</sup>

Além de nos basearmos em perspectivas ecofeministas do capitalismo como um sistema violento que explora o meio ambiente e as mulheres, baseamo-nos nas perspectivas de grupos indígenas na América do Norte e do Sul que consideram o corpo como território; na noção da violência por abandono organizado daqueles que não importam pelo estado e capital, em Ruth Wilson Gilmore<sup>2</sup>; em Judith Butler<sup>3</sup> a ideia da violência praticada pelos Estados sobre populações consideradas menos humanas ou

<sup>1</sup> Mapondera, M., Reddy, T. e Hargreaves S. (2019) *Se outro mundo é possível, quem está a imaginá-lo? Construindo uma alternativa de desenvolvimento ecofeminista numa época de profunda crise sistémica. Série Bread and Butter (Pão e Manteiga), Reflexões Feministas Africanas sobre as Economias Futuras.* AWDF

<sup>2</sup> Democracia Agora. (2020) *O Caso da Abolição da Prisão: Ruth Wilson Gilmore sobre a COVID-19, Capitalismo Racial e Decarceração.* 5 de Maio, 2020 [https://www.democracynow.org/2020/5/5/ruth\\_wilson\\_gilmore\\_abolition\\_coronavirus](https://www.democracynow.org/2020/5/5/ruth_wilson_gilmore_abolition_coronavirus)

<sup>3</sup> Verso. (2020) *Uma filosofia de não-violência: Judith Butler entrevistada por Alex Doherty.* 14 de Setembro de 2020 [https://www.versobooks.com/blogs/4851-a-philosophy-of-nonviolence-judith-butler-interviewed-by-alex-doherty?fbclid=IwAR2IOi9mgCVqGaRsuC-brlnhQhTTUfqppWBhOA\\_MlwKFHf2ocleDcn35zsds](https://www.versobooks.com/blogs/4851-a-philosophy-of-nonviolence-judith-butler-interviewed-by-alex-doherty?fbclid=IwAR2IOi9mgCVqGaRsuC-brlnhQhTTUfqppWBhOA_MlwKFHf2ocleDcn35zsds)

“não penosas”, em que as suas vidas não são consideradas valiosas e que podem por isso ser deixadas morrer; e na noção de Anne McClintock de colonialismo e imperialismo como representação da conquista sobre a força sexual e de trabalho das mulheres colonizadas e a transmissão do poder masculino branco através do controle das mulheres colonizadas.<sup>4</sup>

O entendimento da WoMin sobre violência vai, portanto, além da violência perpetrada por homens com armas, passa por entender a violência de um sistema que enriquece alguns enquanto abandona a maioria à morte por expropriação e miséria (empobrecimento económico).

Quando as minas e grandes plantações ocupam as terras que sustentam as comunidades locais ao longo de gerações, estas dependem dos militares e/ou da polícia do estado para proteger essas propriedades e evitar a invasão da população local. Em muitos casos, o estado garante a “segurança” para as operações das empresas e polícia as vidas e os movimentos da população local. Além disso, as empresas costumam utilizar a sua própria segurança ou outra privada para proteger as suas operações e esses agentes de segurança agem de maneira semelhante às forças armadas do Estado. Seja estatal ou privado, este aparato de segurança ameaça e intimida a população local, por vezes com violência física, incluindo a ocorrência de assassinatos.

Quando as mulheres e as suas comunidades exercem o seu direito de dizer não à apropriação de recursos naturais pelas indústrias extrativas, quando protestam contra as remoções ou a falha das empresas em cumprir as promessas de relocação e desenvolvimento, elas enfrentam o poder do exército e da polícia. As mulheres são frequentemente sujeitas à violência sexualizada por parte dos militares, polícia e segurança privada,

incluindo assédio sexual, violação ou ameaça de violação e coerção sexual pela sua subsistência e necessidades básicas, como água e/ou lenha.<sup>5</sup>

A documentação acerca de experiências específicas de violência contra mulheres tem sido escassa e uma das preocupações da WoMin tem sido intensificar o foco sobre essas experiências, ao mesmo tempo estando ciente que as mulheres muitas vezes são relutantes em falar sobre a violência sexual com que se deparam, temendo não apenas mais assédio das forças armadas por denunciar, mas também a culpabilização patriarcal da vítima por parte das suas próprias famílias e comunidades. A violação e a violência sexual são tratadas de forma diferente de outros crimes e isso faz com que seja difícil para as mulheres falarem sobre essa violência. Quando uma mulher leva um tiro, ninguém pergunta “ela pediu isso?” ou “ela seduziu o atirador?”. No entanto, quando as mulheres são vítimas de violência sexual ou violação, são tratadas como se fossem culpadas. As pessoas costumam perguntar: “o que ela estava a fazer naquele lugar?”, “Por que ela estava na rua no escuro da noite?” ou “ela seduziu-o?”. Os maridos podem não querer uma mulher que seja violada.

Ao definir as acções que a WoMin tomou até ao momento e a direcção em que avançamos à medida que continuamos a trabalhar nesta área, deixamos claro que, quando encontramos a raiz do problema num sistema económico explorador, vemos a necessidade de mudar este sistema.

No entanto, estamos certos de que precisamos abordar simultaneamente o trauma que as mulheres enfrentam e considerar as formas de justiça que as mulheres querem quando são violadas.

Compartilhamos algumas percepções do nosso trabalho com uma organização parceira

---

4 McClintock, A. (1995) *Couro Imperial: Raça, Género, e Sexualidade na Disputa Colonial*. Nova Iorque: Routledge

5 WoMin African Alliance and CNRG. (2020) *Armas, Poder E Política Extractivos e Violência contra as Mulheres em Zimbabwe Relatório de pesquisa*  
<https://womin.africa/uaw-research/>

do Zimbabwe, a Unidade de Serviços de Aconselhamento (CSU – Counseling Services Unit) e mulheres de comunidades afectadas pela mineração, num projeto piloto que visa apoiar mulheres que sofreram violência.

As nossas acções são baseadas no trabalho da WoMin sobre Alternativas de Desenvolvimento Ecofeminista Africano, que é alimentado por diálogos entre mulheres em comunidades afectadas pelo extrativismo durante 2021 e que inclui tentativas de recuperar práticas passadas de produção e reprodução enquanto sonha com uma comunidade, sociedade e África que represente as mulheres e sirva os seus interesses. Ao pensar em alternativas, baseamo-nos em enquadramentos ecofeministas, bem como em enquadramentos alternativos de feministas e grupos indígenas que centram a criação de alternativas numa vida boa e

feliz onde corpos livres vivem em harmonia uns com os outros e com a natureza.

Nos actions sont fondées sur le travail de WoMin sur les alternatives écoféministes africaines en matière de développement, qui s'appuie sur les dialogues entre les femmes des communautés touchées par l'extraction minière en 2021 et qui comprend des tentatives de récupération des pratiques passées de production et de reproduction tout en imaginant une communauté, une société et une Afrique qui représentent les femmes et servent leurs intérêts. En pensant aux alternatives, nous nous inspirons des cadres écoféministes ainsi que des cadres alternatifs des féministes et des peuples autochtones qui centrent dans leur création d'alternatives une vie saine et heureuse où les corps libres vivent en harmonie les uns avec les autres et avec la nature.

*A violação e a violência sexual são tratadas de forma diferente de outros crimes e isso faz com que seja difícil para as mulheres falarem sobre essa violência.*







# PARTE UM :

## EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

---

**Começamos com alguns exemplos de experiências de violência vividas por mulheres nas mãos das forças do Estado e da segurança da empresa que se unem para salvaguardar a riqueza mineral e as terras que tomaram, e que causam a violência da expropriação, sujeitando os moradores locais a uma militarização e securitização crescentes.**

Começamos com alguns exemplos de experiências de violência vividas por mulheres nas mãos das forças do Estado e da segurança da empresa que se unem para salvaguardar a riqueza mineral e as terras que tomaram, e que causam a violência da expropriação, sujeitando os moradores locais a uma militarização e securitização crescentes.

Estes exemplos são provenientes da extracção de petróleo no Delta do Níger, na Nigéria, de plantações industriais de óleo de palma e borracha na África Ocidental e Central e de pesquisas da WoMin e dos seus parceiros no Zimbábue, Serra Leoa e Moçambique.

A pesquisa da WoMin e dos seus parceiros procurou descobrir e documentar as experiências de violência das mulheres, de forma a aprofundar uma compreensão da relação entre economia, opções de desenvolvimento, o sistema político dominante e as formas pelas quais os mecanismos do Estado são implantados para salvaguardar a propriedade privada e os interesses da elite. Os produtos desse processo foram um conjunto de relatórios de pesquisa e guias dos activistas que os acompanham, estes foram lançados online ao nível regional em Setembro de 2020, seguidos de lançamentos nacionais de Outubro a Dezembro do mesmo ano.<sup>6</sup>

### Violência no Delta do Níger

Sokari Ekine<sup>7</sup> chama a atenção para a violência no Delta do Níger desde a década de 1990, pois as vidas das pessoas, os seus meios de subsistência e o meio ambiente foram devastados pelas empresas petrolíferas multinacionais Shell, Chevron/Texaco e Elf, e quando a área foi militarizada pelos militares nigerianos, cujas acções incluíram assassinato em massa, tortura, violações e queima de casas e bens.

Os protestos dos moradores exigindo justiça e indemnizações por parte das empresas petrolíferas foram reprimidos com violência, enquanto outras aldeias foram invadidas pelos militares a fim de se antecipar e impedir os seus protestos.

Um desses ataques ocorreu em 1999, quando o exército invadiu a cidade de Odi, no Delta do Níger, fazendo com que as pessoas fugissem. Muitos escaparam, deixando para trás os seus pertences. Ao retornar, descobriram que parentes haviam sido mortos, as suas casas haviam sido totalmente incendiadas e as suas propriedades saqueadas. Uma mulher explicou:

***“Quando os soldados vieram, estávamos nas nossas várias casas, apenas ouvimos que os soldados chegaram e nos cercaram por todos os lados. Uma vez que os soldados estavam a chegar, estávamos todos com medo. Começamos todos a fazer as malas e a fugir, não podíamos aguentar com soldados. Carregamos algumas coisas e saímos. Quando voltamos vimos todas as nossas casas queimadas, comida queimada, todo dinheiro que deixamos nas nossas casas queimado. Desde então, temos tentado arranjar-nos novamente sem nada.*”**

<sup>6</sup> WoMin e os seus parceiros - Centre for Natural Resource Governance (CNRG) no Zimbábue, Justiça Ambiental (JA) em Moçambique, e Network Movement for Justice and Development (NMJD) na Serra Leoa - empreendeu investigação publicada em 2020 sob o título “Armas, Poder e Política Relatório de Pesquisa: Extractivos e Violência contra as Mulheres” <https://womin.africa/vaw-research/>

<sup>7</sup> Ekine S. (2008) *Women’s Responses to State Violence in the Niger Delta*. *Feminist Africa* 10

***Estamos a dormir no chão sem nada sobre o que nos deitar.” (Amasin, professora de escola primária em Odi, em Ekine 2008). (Amasin, enseignant du primaire, Odi in Ekine 2008<sup>8</sup>).***

Ekine<sup>9</sup> escreve também sobre a violência vivida pelas mulheres Ogoni desde 1993, quando o exército nigeriano começou o seu violento ataque em Ogoniland: “mulheres foram assediadas no caminho para os seus campos, a caminho dos seus mercados, nas suas aldeias cuidando das suas casas e à noite quando dormiam”.

Em entrevistas com membros da Federação das Organizações de Mulheres Ogoni, as mulheres falaram sobre violações e violência sexual. Comfort Aluzin, uma das mulheres compartilhou:

***“Eles começaram a bater nas mulheres, arrastando-as para o mato. E eles começaram a arrancar as suas roupas e violá-las ... a minha amiga estava grávida. Um homem do exército acertou-lhe na barriga usando só a perna dele ela abortou. Esse foi o início do sofrimento em Nyo Khana.”***

Uma segunda mulher, a Sra. Kawayorko compartilhou:

***“Eles arrastaram algumas das mulheres para o mato. Estávamos nuas, os nossos vestidos foram rasgados, o nosso ”pacote” estava a ser alargado por um homem que não era o nosso marido. Eles rasgaram as nossas calças e começaram a violar-nos no mato. As violações não eram segredo porque estavam lá umas duas pessoas a violar-te. Eles violam-te à frente da tua irmã. Eles violam a tua irmã à frente da tua mãe. Era tipo um mercado.”***

Ekine documenta as formas de resistência das mulheres no Delta do Níger no final dos anos 1990, numa época de grande resistência por parte de grupos comunitários contra as multinacionais e o estado. Estas incluíam protestos e ocupação de escritórios corporativos. Também incluíram formas menos reconhecidas de resistência, como o poder do silêncio como forma de resistência, um meio de enfrentar e curar; e a “maldição da nudez” - o despojamento das roupas para envergonhar os homens, para fazê-los enlouquecer ou sofrer grandes danos.

### **Violência sexual e abuso de mulheres dentro e ao redor das plantações**

Um relatório de 2019 intitulado “Quebrando o Silêncio: Assédio, Violência Sexual e Abuso Contra Mulheres dentro e em torno de plantações industriais de óleo de palma e borracha”<sup>10</sup>, destaca a violência sexual vivida por mulheres na África Ocidental e Central, onde os governos entregaram concessões de até quatro milhões de hectares de terra a empresas estrangeiras para plantações industriais de óleo de palma. Mulheres e raparigas em comunidades que vivem perto dessas plantações enfrentam violência sexual, violações e abuso quando passam pelas plantações para chegar aos seus campos, fontes de água, escola, cidade ou vilas próximas. Mulheres que trabalham nas plantações industriais sofrem assédio sexual e pressão para fornecer sexo. Como disse uma trabalhadora de uma plantação na Libéria, “se tiveres azar, só serás paga se deixar o tipo ‘fazer a sua cena’. Isso acontece a toda a hora”.

No entanto, há um silêncio em torno disto e são poucas as mulheres que relatam estes incidentes de violência. As mulheres temem ser estigmatizadas, culpadas e temem que as suas famílias sejam

<sup>8</sup> Ibid

<sup>9</sup> Ibid

<sup>10</sup> RADD, Muyissi Environment, Natural Resource Women Platform Radio Culture, GRAIN and World Rainforest Movement. (2019) Breaking the Silence Harassment, sexual Violence and Abuse Against Women In and Around Industrial Palm Oil and Rubber Plantations <https://www.farmlandgrab.org/post/view/28799>

humilhadas caso elas falem. Os gerentes de plantações e guardas de segurança usam as suas posições de poder para levar a cabo esses actos ou permitir que tais actos ocorram sem consequências para o agressor. “As nossas mulheres choram muito”, observou um chefe tradicional dos Camarões. “A situação de ‘toda a gente sabe, mas ninguém fala sobre isso’ é generalizada”, dizem os autores do relatório - “e isto tem de acabar”<sup>11</sup>.

### Armas, poder e política: as zonas de mineração de diamantes de Marange no Zimbabwe

Uma pesquisa recente da WoMin e do seu parceiro, o Centro de Governança de Recursos Naturais (CNRG) no Zimbabwe, destaca as experiências das mulheres em Marange, onde foram descobertos diamantes em 2005 e onde nos últimos 14 anos a segurança militar e da empresa têm travado uma batalha com os mineiros artesanais e com a comunidade local, de modo a garantir o controle sobre a riqueza dos diamantes.<sup>12</sup>

Desde Novembro de 2006, a polícia tem matado, torturado, espancado, assediado e utilizado cães na perseguição de mineiros artesanais em operações com o intuito de os expulsar dos campos de diamantes. Paralelamente a essas operações, a polícia tem agredido e prendido membros da comunidade local e sujeitado mulheres à violência sexualizada.<sup>13</sup>

Uma mulher de Marange contou como um camião de soldados a barrou acompanhada de outra mulher quando elas regressavam dos campos<sup>14</sup>. As mulheres foram forçadas a despir-se, armadas com paus e

depois instruídas a lutar uma contra a outra. Os soldados indicaram que a perdedora seria violada pelos soldados do camião.

A 27 de Outubro de 2008, o exército, a Força Aérea e a Organização Central de Inteligência (CIO) lançaram a Operação Hakudzokwi (uma palavra Shona que significa “não tem volta”) em Marange. Soldados dispararam munição real e gás lacrimogéneo contra mineiros artesanais e moradores no terreno e a partir de helicópteros. Foram mortos a tiro mais de 200 mineiros artesanais e negociantes de diamantes. Outros milhares foram torturados e centenas de mulheres violadas.

Os moradores de Marange são de facto prisioneiros. A área foi declarada zona restrita onde estranhos podem somente visitar se tiverem autorização da polícia. Os soldados continuam a ocupar a área e a submeter os moradores a buscas arbitrárias às suas casas e nos 11 postos de controle na estrada de 100 quilómetros entre Mutare e Marange. As mulheres costumam sofrer violência sexual quando são revistadas. Três mulheres contaram à Human Rights Watch que um polícia as forçou a ficar nuas num posto de controle. Usando luvas, ele inseriu o dedo nas suas partes íntimas, alegando estar à procura de diamantes escondidos<sup>15</sup>.

Em 2009 muitos moradores foram retirados das suas casas à força e levados para Arda Transau, uma fazenda do governo a cerca de 60 km a norte de Marange. As forças armadas removeram essas 1.300 famílias de Marange para libertar mais terras para a mineração de diamantes. As famílias foram forçadas a subir em camiões sob a mira de armas e as suas casas foram destruídas por escavadoras.

11 Ibid

12 WoMin African Alliance and CRNG. (2020) *Guns, Power and Politics Research Paper: Extractives and Violence Against Women in Zimbabwe* <https://womin.africa/vaw-research/>

13 Human Rights Watch (2009) *Diamonds in the Rough Human Rights Abuses in the Marange Diamond Fields of Zimbabwe, reports on the brutality and human rights abuses wreaked on artisanal miners and villagers* <https://www.hrw.org/report/2009/06/26/diamonds-rough/human-rights-abuses-marange-diamond-fields-zimbabwe>

14 Recounted to WoMin and Counselling Services Unit, Zimbabwe

15 Human Rights Watch (2009) *Diamonds in the Rough Human Rights Abuses in the Marange Diamond Fields of Zimbabwe, reports on the brutality and human rights abuses wreaked on artisanal miners and villagers* <https://www.hrw.org/report/2009/06/26/diamonds-rough/human-rights-abuses-marange-diamond-fields-zimbabwe>

Muitas famílias continuam a enfrentar dificuldades e violência consideráveis em Arda Transau.

Uma das mulheres relatou a sua experiência:<sup>16</sup>

**“[Um oficial militar sénior] disse-me que eu tinha que me mudar para Arda Transau, ele apontou-me uma arma na reunião ... Não tivemos oportunidade de levar nada. Deixamos o nosso mapfunde, (milheto) amendoim e outras colheitas nos campos.”**

A comunidade vive com medo de represálias caso falem. Como uma segunda mulher acrescenta.<sup>17</sup>

**“Disseram-nos para não falarmos mal do governo, pois falar mal iria colocar-nos em apuros. Somos forçados a dizer que recebemos comida e propinas escolares para os nossos filhos, uniformes e outras coisas, mesmo que nada disso seja verdade.”**

## Armas, poder e política: Serra Leoa

Uma pesquisa feita pela WoMin e por dois parceiros da Serra Leoa, Movimento de Rede para Justiça e Desenvolvimento (NMJD) e Mulheres e Mineração (WOME), examinou a indústria extrativa e a violência contra as mulheres na Serra Leoa.<sup>18</sup>

Desde o início da mineração em grande escala na década de 1930, as mineradoras, com a ajuda do governo, políticos e chefes, têm abusado dos direitos das pessoas e destruído o meio ambiente.

Conforme apontado pela Comissão de Verdade e Reconciliação da Serra Leoa, o conflito pelo controle da indústria de diamantes levou à guerra civil de 11 anos que terminou em 2002 e que devastou o país, com 75.000 mortos e 1 milhão de deslocados.

Para dar lugar à mineração, as pessoas em muitas comunidades na Serra Leoa foram forçadas a deixar as terras das quais dependiam para a sua sobrevivência - terras nas quais cultivavam os seus alimentos, pastavam o seu gado e das quais obtinham água e lenha. Nessas comunidades as mulheres sofrem as maiores adversidades com a perda de terras, porque são elas que cultivam alimentos, colectam combustível e água, e cozinham e cuidam das suas famílias. Na Serra Leoa cerca de 70% das pessoas, especialmente mulheres, sobrevivem do cultivo dos seus alimentos e a mineração ameaça essa sobrevivência.

Somando-se a essas ameaças de sobrevivência, as pessoas que vivem perto das minas têm de lidar com a violência contínua do exército, da polícia e da segurança das minas que são trazidas por empresas de mineração para proteger os minerais das terras que roubaram da comunidade. Os membros da comunidade que tentam envolver-se na mineração artesanal para complementar as actividades agrícolas têm batalhas regulares com o exército e com a polícia, que querem o fim da mineração artesanal. As mineradoras artesanais são frequentemente violadas sexualmente. Essas forças militares e de segurança controlam os movimentos da comunidade, revistam as casas das pessoas e usam a violência contra os membros da comunidade. Quando as forças de segurança entram nas suas casas e vilas, mulheres e raparigas sofrem ameaças adicionais de segurança física, incluindo violência sexualizada.

Um estudo do NMJD de 2018 destacou que as mulheres em Kono, nos principais campos de diamantes no lado leste de Serra Leoa, perderam o acesso a vastas áreas de terra que costumavam cultivar quando uma empresa de mineração tomou essas terras. No sul da Serra Leoa as mulheres já não podem cultivar porque as empresas de mineração de

<sup>16</sup> « WoMin African Alliance and CRNG. (2020) Guns, Power and Politics Research Paper: Extractives and Violence Against Women in Zimbabwe <https://womin.africa/uaw-research/>

<sup>17</sup> *ibid*

<sup>18</sup> WoMin African Alliance and Network Movement for Justice and Development, Women and Mining. (2020) Guns Power and Politics Research Paper: Extractives and Violence Against Women in Sierra Leone <https://womin.africa/uaw-research/>

rutilo e bauxita causaram sérios danos às suas terras.

As mulheres ainda estão em maior desvantagem porque raramente fazem parte das discussões da comunidade com as empresas de mineração e, por isso, raramente conseguem falar sobre como a mineração as afecta de formas muito específicas. As mulheres são mantidas fora de tais discussões por causa de ideias culturais de que essas são preocupações dos homens e também porque as responsabilidades domésticas das mulheres as deixam com pouco tempo para tais discussões.

Por lei as mineradoras são obrigadas a pagar indemnizações pelos danos que causam à vegetação, estruturas físicas, fontes de água e outros activos, mas raramente pagam e, quando o fazem, os valores de indemnização são mínimos. Nos poucos casos em que as comunidades recebem compensação, as mulheres provavelmente não se beneficiam directamente, pois são os membros das famílias proprietárias de terras do sexo masculino que lidam com questões financeiras e negociações com o governo e com as empresas de mineração.

Quando as comunidades protestam contra as violações por parte das empresas de mineração, o governo e as empresas costumam responder com violência e até assassinatos. A 13 de Dezembro de 2007, a população de Koidu protestou contra a recusa da Koidu Holdings em pagar pelo reassentamento das pessoas afectadas pela mina. A segurança disparou sobre os manifestantes, matando duas pessoas e ferindo muitas outras. Em Dezembro de 2012, uma mulher ficou gravemente ferida e dois homens morreram quando a polícia usou munição real contra trabalhadores que protestavam nas mesmas propriedades em Koidu.

A 17 de Abril de 2012, as forças de segurança entraram em Bumbuna, uma cidade de mineração de ferro de e dispararam gás lacrimogéneo contra

comerciantes e contra seus filhos no mercado principal. Uma mulher foi morta.

É bem sabido que as mulheres são vítimas de violência sexualizada quando há maior presença das forças de segurança e em tempos de guerra. A Comissão de Verdade e Reconciliação estima que 275.000 mulheres e meninas foram violadas sexualmente durante a guerra civil na Serra Leoa. Mulheres e raparigas foram retiradas à força das suas casas pelos grupos beligerantes. O seu trabalho foi explorado, elas foram violadas, forçadas à escravidão sexual e sofreram actos de violência sexual flagrante.

São necessárias mais pesquisas para descobrir a violência que as mulheres nas comunidades e as garimpeiras artesanais sofrem quando os militares, a polícia e a segurança privada entram nas suas casas e vilas para proteger a riqueza das empresas de mineração na Serra Leoa.

### Armas, poder e política: Moçambique<sup>19</sup>

Uma pesquisa da WoMin e da sua parceira, Justiça Ambiental, analisou o extractivismo e a violência contra a mulher em Moçambique.

Quando a Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO, que lutou pela independência de Moçambique, se afastou das políticas socialistas no final dos anos 1980, isso abriu o povo de Moçambique, o seu trabalho e os recursos naturais do país para as empresas multinacionais. O governo viu a mineração como a chave para o desenvolvimento do país. No entanto, para as pessoas que vivem em áreas ricas em minerais, a mineração trouxe devastação através da perda de terras, água e florestas das quais dependia a sua sobrevivência. As comunidades cujas terras são ocupadas para a agricultura, pesca e silvicultura comerciais enfrentam problemas semelhantes aos

<sup>19</sup> WoMin African Alliance, and Justiça Ambiental. (2020) Guns Power and Politics Research Paper: Extractives and Violence Against Women in Mozambique- <https://womin.africa/vaw-research/>

das comunidades afectadas pela mineração.

Embora a lei em Moçambique preveja o envolvimento das comunidades nas negociações sobre o uso das suas terras e na determinação da compensação antes do início da mineração, estes direitos são regularmente ignorados. Às vezes, as empresas compram ou pressionam os representantes e chefes da comunidade a aceitar a mineração e baixos níveis de compensação.

As empresas fazem frequentemente promessas que não cumprem. Como a maioria das comunidades afectadas pela mineração e outros tipos de extrativos vivem na pobreza, elas veem esperança nas promessas de empregos, serviços e melhores condições de vida feitas pelas empresas. Essas promessas nunca são cumpridas. A maioria dos empregos nas minas exige treinamento especializado que muitos membros da comunidade não têm e as empresas hesitam em investir em treinamento.

Os membros da comunidade muitas vezes enfrentam dificuldades adicionais quando são transferidos para novos assentamentos. Em muitos casos, faltam serviços básicos, a terra é de má qualidade e a agricultura é difícil ou impossível. Quando as famílias são reassentadas, ou quando perdem as suas terras para as minas, as mulheres e raparigas geralmente têm que caminhar distâncias mais longas para arranjar alimentos e colectar água e lenha. Elas estão expostas a muitos riscos, incluindo violações.

Quando as empresas de mineração ocupam as florestas, os funcionários da segurança exigem favores sexuais antes de permitir que as mulheres colectem madeira. Quando a polícia, o exército ou a segurança privada revistam as mulheres, isso geralmente assume a forma de agressão sexual ao corpo das mulheres.

Em algumas aldeias, as casas e os campos estão dentro da propriedade de uma mina em funcionamento, em outras as minas estão localizadas nas proximidades. Famílias fechadas dentro da mina ou que vivem perto da mina sofrem de problemas de saúde, pois o ar ao redor delas está denso com o fumo negro das

explosões da mina. Os seus rios são poluídos por resíduos de minas, as suas plantações são gravemente afectadas e o seu gado morre. As explosões na mina afectam os corpos das pessoas e racham as paredes das suas casas. O trabalho feminino, definido por uma divisão do trabalho por género, expande-se à medida que assumem responsabilidades pelo cuidado dos enfermos, decorrentes das actividades de mineração. Normalmente essas comunidades não têm acesso adequado a cuidados de saúde, educação e empregos.

Quando as aldeias são numa área vedada dentro da mina, os membros da comunidade não podem mover-se livremente e estão sob constante vigilância dos agentes de segurança privada, polícia e militares, que revistam as pessoas que entram na mina ou invadem as casas em busca de “minerais roubados”. Durante essas buscas, os corpos das mulheres são violados por polícias, soldados ou seguranças da empresa.

Geralmente o governo permite que a segurança privada tome medidas contra os membros das comunidades afectadas pela mineração e, às vezes, envia a polícia e o exército para lidar com os protestos da comunidade.

Quando uma empresa entra na sua área os mineiros artesanais são forçados a interromper ou têm que limitar a mineração. Aqueles que arriscam a mineração artesanal enfrentam assédio contínuo. Em 2017, um vídeo que vazou na internet mostrava policias a torturar mineiros artesanais dentro de uma mina de rubi.

Com menos oportunidades de subsistência disponíveis nessas comunidades, muitos homens saem em busca de empregos em outras partes de Moçambique. Isso causa desestruturação familiar e maiores dificuldades para as mulheres que ficam encarregues do sustento das suas famílias. Para sobreviver, as mulheres fazem tudo o que é possível - algumas cozinham e limpam, outras dirigem tabernas e dedicam-se ao trabalho sexual - e, em algumas situações, as dificuldades de sobrevivência levam ao casamento forçado de raparigas.

Famílias fechadas dentro da mina ou que vivem perto da mina sofrem de problemas de saúde, pois o ar ao redor delas está denso com o fumo negro das explosões da mina. Os seus rios são poluídos por resíduos de minas, as suas plantações são gravemente afectadas e o seu gado morre.



Sobreviventes de violação receberam  
“treinamento em habilidades para geração  
de renda” e subsídios para “start-up”.  
Em troca desses benefícios inadequados,  
esperava-se que as mulheres renunciassem  
aos seus direitos legais.





# PARTE DOIS:

## EXPERIÊNCIAS FEMININAS EM BUSCA DE JUSTIÇA .....

**As histórias das tentativas das mulheres de buscar justiça quando elas e as suas comunidades são violadas destacam como é importante procurar formas alternativas de justiça. Apresentamos dois estudos de caso para destacar este ponto - um da Guatemala, onde a comunidade Maia Q'eqchi 'que vive em El Estor moveu uma acção judicial contra a HudBay Minerals e a sua subsidiária HMI Nickel Inc; e um de Papua Nova Guiné, onde a comunidade afectada pela mina Porgera da Barrick Gold procurou justiça por actos hediondos de violência.**

Ambos os exemplos ilustram a insensibilidade da violência sistémica contra comunidades vistas como excedentes, como não penosas e como alguns dos que podem ser deixados para morrer, ao mesmo tempo que destacam as dificuldades de obter reparação dentro de um sistema amontoado a favor das empresas. O caso Barrick deixa claro que a vida da população local não importava para a empresa. As reivindicações feitas pela comunidade local foram ignoradas e só receberam atenção, por mais inadequada que fosse, quando as organizações internacionais de direitos humanos intervieram em nome da população local.

### Hudbay

A comunidade Maia Q'eqchi 'que mora em El Estor, Guatemala, nunca aceitou a legitimidade da concessão de mineração e dos direitos à terra concedidos pelo governo guatemalteco ao favor do projeto de mineração de níquel Fenix. A concessão está nas suas terras ancestrais e foi concedida a Hudbay sem consulta. Apesar dos protestos da comunidade contra a remoção e reassentamento das suas casas, foram expulsos à força em Janeiro de 2007. Durante os despejos, mulheres da comunidade foram violadas por equipas da segurança das minas.<sup>20</sup>

A 28 de Março de 2011, um grupo de 11 mulheres guatemaltecas deu entrada no Tribunal Superior em Ontário, Canadá, a uma acção contra a Hudbay Minerals e a sua subsidiária HMI Nickel Inc, os proprietários do projecto de mineração de níquel Fenix.

Este é um de três processos - sendo os outros dois contra a Hudbay Minerals; um por uma viúva cujo marido, um líder comunitário, foi severamente espancado e morto durante um protesto contra a mina Fenix; e outro por um sobrevivente de um incidente de tiroteio no projecto Fenix que como resultado ficou paraplégico.

Todos os três processos estão em andamento. A Hudbay usou a estagnação e todos os tipos de táticas para atrasar a justiça. A primeira forma foi opor-se a que o caso fosse ouvido num tribunal canadense. Isso significou uma demora de dois anos para obter uma decisão do tribunal sobre a possibilidade do caso ser ouvido no Canadá. Dois anos depois, em Junho de 2015, o Tribunal de Justiça de Ontário ordenou que a Hudbay

20 <https://www.business-humanrights.org/en/hudbay-minerals-lawsuits-re-guatemala-0?page=3>

## 2. EXPERIÊNCIAS FEMININAS EM BUSCA DE JUSTIÇA

Minerals divulgasse a documentação corporativa interna, incluindo informações sobre a sua estrutura corporativa e o seu controle sobre sua subsidiária na Guatemala. Em Novembro de 2017, as 11 mulheres viajaram para o Canadá para testemunhar como parte do processo de averiguações em andamento. A 17 de Setembro de 2019, as mulheres alteraram a declaração de reivindicação de forma a fornecer mais detalhes sobre o envolvimento da Skye Resources (agora parte da Hudbay Minerals) no violento despejo da sua comunidade. A 21 de Janeiro de 2020, o Tribunal Superior de Justiça de Ontário decidiu a favor das mulheres em resposta à moção da Hudbay para impedi-las de emendar a sua queixa de modo a incluir mais detalhes sobre violações sexuais cometidas pelas forças de segurança da mina.

### Barrick

Seguranças na mina de Porgera na Papua Nova Guiné (PNG), violaram e violaram em grupo centenas de mulheres e raparigas locais e mataram vários homens locais.<sup>21</sup> A Barrick Gold, uma mineradora canadense, a maior mineradora de ouro do mundo, opera a mina de ouro de Porgera desde 2006. A Barrick contrata segurança privada e polícias locais da PNG, incluindo o esquadrão da Polícia Móvel da PNG - um braço da polícia nacional, força esta com uma longa história de graves abusos dos direitos humanos, incluindo tiroteios, espancamentos, violações, despejos forçados e queima de casas.

Sem terra para cultivar e fontes de água potável, o único meio de renda disponível para as comunidades indígenas locais é catar restos de ouro na mina a céu aberto ou nas traiçoeiras lixeiras. Nos últimos 20 anos homens e rapazes da comunidade têm sido espancados, baleados e mortos de forma rotineira por entrarem na mina a

céu aberto, lixeiras ou simplesmente por estarem perto da propriedade da mina. Mulheres e raparigas que moram perto da mina têm sido violadas pelos seguranças da mina. Muitas sofrem lesões físicas e emocionais duradouras, bem como marginalização e isolamento social nas suas comunidades.

Uma jovem que garimpava ouro com a sua irmã foi algemada, espancada e violada por 10 seguranças armados da Barrick. Depois foi presa por “mineração ilegal” e mantida sob custódia por uma semana sem tratamento médico aos graves ferimentos. Hoje ela tem dificuldades para andar.

Uma mulher apanhada por guardas na lixeira, depois do seu grupo ter sido atacado com gás lacrimogêneo, foi espancada, ferida com uma faca e brutalmente violada por 10 guardas. Ela ficou sem conseguir andar por semanas, hoje caminhar ainda lhe causa dor e ela já não pode ter filhos. O seu recém-casado marido deixou-a quando soube que ela havia sido violada. A sua comunidade condenou-a ao ostracismo e ela mudou-se para outra cidade.

Akali Tange Association (ATA) um grupo local de direitos humanos começou a defender-se contra esses abusos, mas a empresa ignorou o grupo. Em 2008 o CEO da Barrick disse aos líderes comunitários que as alegações eram falsas. Foi apenas em 2011, após relatórios investigativos de grupos como o ATA, o Mining Watch Canada, o Human Rights Watch e a Amnistia Internacional, que a empresa admitiu que existia um problema.

Em 2012, a Barrick criou um “Quadro de Remediação” para permitir que sobreviventes de violação sexual se inscrevessem para obter benefícios. Mais de 200 mulheres apresentaram queixas de violação e violação em grupo, embora o número real de vítimas seja considerado maior.

21 Earthrights International. Factsheet: Abuso pela Barrick Gold Corporation [https://earthrights.org/wp-content/uploads/documents/barrick\\_fact\\_sheet\\_-\\_earthrights\\_international\\_1.pdf](https://earthrights.org/wp-content/uploads/documents/barrick_fact_sheet_-_earthrights_international_1.pdf)

A Barrick afirmou que avaliaria as necessidades de cada mulher e ofereceria um pacote de benefícios flexíveis que poderia incluir reparações financeiras ou mesmo realocação, quando apropriado.

A EarthRights International representou algumas das mulheres que apresentaram reivindicações ao Quadro de Remediação. No entanto, a compensação oferecida não era compatível com os abusos sofridos e a Quadro de Remediação rejeitou o pedido das mulheres de compensação adequada. Sobreviventes de violação receberam “treinamento em habilidades para geração de

renda” e subsídios para “start-up”. Em troca desses benefícios inadequados, esperava-se que as mulheres renunciassem aos seus direitos legais. Todo o processo foi inconsistente com os padrões internacionais de direitos humanos, que exigem soluções proporcionais à gravidade dos abusos. Onze mulheres representadas pela EarthRights International rejeitaram as ofertas feitas por meio do Quadro de Remediação.

Akali Tange Association (ATA) um grupo local de direitos humanos começou a defender-se contra esses abusos, mas a empresa ignorou o grupo. Em 2008 o CEO da Barrick disse aos líderes comunitários que as alegações eram falsas.



As mulheres nas comunidades camponesas e da classe trabalhadora carregam o duplo fardo da opressão decorrente da sua localização na periferia do mundo, que está sujeita à exploração capitalista neocolonial contínua, e pelo patriarcado que serve aos interesses do capital e de todos os homens.



# SECTION TROIS:

## COMPRENDRE LA VIOLENCE ET REGARD CRITIQUE SUR LES STRATÉGIES DE LUTTE CONTRE LA VIOLENCE

**As experiências acima destacam que os exércitos e a polícia em muitos países, em conjunto com a segurança das empresas, desencadeiam a violência contra as mulheres pobres e contra as suas comunidades. A compreensão ecofeminista da WoMin<sup>22</sup> é que essa violência é intrínseca ao sistema capitalista, por outras palavras, é inerente, ou sistémica. A violência sistémica vai além das ações de homens armados - os soldados, a polícia ou a segurança de uma empresa armada - e ocorre de formas mortais e menos óbvias. As práticas integradas no sistema levam à pobreza e expropriação e determinam quem deve viver, quem pode morrer, que vidas são importantes e que vidas não são lamentáveis<sup>23</sup> A violência do abandono organizado<sup>24</sup> desencadeada por este sistema determina quem deve pagar os custos de um sistema infernal empenhado em produzir o máximo de lucros só para alguns.**

Este sistema causa violência contra a maioria das pessoas da terra, contra os ecossistemas sobre os quais toda a vida depende e contra a sustentabilidade do planeta, a fim de garantir os lucros e a riqueza de uma elite.

O sul global tem arcado com os custos da riqueza alcançada pelos países colonizadores do norte global. Como destaca Maria Mies, a busca pelo crescimento ilimitado dos colonizadores só foi possível porque terceiros arcaram com os custos - as pessoas, principalmente as mulheres, e a natureza - atingindo com mais força o sul global.<sup>25</sup> O poder colonial avançou em grande parte pela conquista e controle da força sexual e do trabalho das mulheres colonizadas.<sup>26</sup> Federici fala sobre regiões do mundo assinaladas como zonas de “reprodução-quase-zero” porque são consideradas redundantes ou inadequadas para as exigências do capital.<sup>27</sup>

A natureza, a terra, e os seres humanos considerados excedentes ou dispensáveis carregam o fardo dos custos sociais, ambientais e económicos, enquanto o capital carrega poucos

22 Mapondera, M., Reddy, T. and Hargreaves S. (2019) *If another world is possible, who is doing the imagining? Building an ecofeminist development alternative in a time of deep systemic crisis. Bread and Butter Series, African Feminist Reflections on Future Economies. AWFDF*

23 Judith Butler notes that those who are deemed worthless and ungrievable can be killed off, no one will grieve, no one will notice they are gone, and they can be left to die. Verso. (2020) *A philosophy of nonviolence: Judith Butler interviewed by Alex Doherty*. 14 September 2020 [https://www.versobooks.com/blogs/4851-a-philosophy-of-nonviolence-judith-butler-interviewed-by-alex-doherty?fbclid=IwAR2lOigmgCVqGaRsuCbrlnhQhTTUfqpWB-hOA\\_MlwKFHf2ocleDcn35zsd5](https://www.versobooks.com/blogs/4851-a-philosophy-of-nonviolence-judith-butler-interviewed-by-alex-doherty?fbclid=IwAR2lOigmgCVqGaRsuCbrlnhQhTTUfqpWB-hOA_MlwKFHf2ocleDcn35zsd5); Verso. (2020) *Judith Butler: on COVID-19, the politics of non-violence, necropolitics, and social inequality*, Jul 23, 2020 [https://www.youtube.com/watch?v=6Bnj7H7M\\_Ek](https://www.youtube.com/watch?v=6Bnj7H7M_Ek)

24 Ruth Wilson Gilmore uses the terms ‘organised abandonment’ to refer to processes whereby large sections of the population are abandoned by state and capital and have violence done to them. *Democracy Now*. (2020) *The Case for Prison Abolition: Ruth Wilson Gilmore on COVID-19, Racial Capitalism & Decarceration*. May 5, 2020 [https://www.democracynow.org/2020/5/5/ruth\\_wilson\\_gilmore\\_abolition\\_coronavirus](https://www.democracynow.org/2020/5/5/ruth_wilson_gilmore_abolition_coronavirus)

25 Mies, M. and Shiva V. (1993) *Ecofeminism*. Halifax, N.S: Fernwood Publications

26 McClintock, A. (1995) *Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest*. New York: Routledge

27 Federici, S (2020) *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction and Feminist Struggle*. Oakland, CA. PM Press

ou nenhum dos custos. Por exemplo, o capital não arca com os custos de limpeza após a mineração, compensação justa pela perda de recursos e meios de subsistência, aumentos no trabalho não remunerado das mulheres e custos da saúde destruída nas comunidades afectadas. As indústrias extractivas destituem os camponeses e as classes trabalhadoras da terra, da água, das florestas, da pesca e dos minerais. A destituição acarreta sempre violência, mentiras, corrupção e cooptação das elites nacionais, bem como das elites locais, tais como os líderes tradicionais.

As mulheres nas comunidades camponesas e da classe trabalhadora carregam o duplo fardo da opressão decorrente da sua localização na periferia do mundo, que está sujeita à exploração capitalista neocolonial contínua, e pelo patriarcado que serve aos interesses do capital e de todos os homens. As mulheres carregam um fardo adicional dos custos do capitalismo por causa das relações patriarcais e uma divisão sexista do trabalho, onde o trabalho de reprodução social é em grande parte relegado às mulheres.

A reprodução social inclui a reprodução e manutenção da vida humana - dar à luz a próxima geração, bem como garantir a sobrevivência diária dos seres humanos por meio do fornecimento de alimentos, roupas, abrigo, segurança básica e cuidados de saúde. A reprodução social envolve o trabalho mental, manual e emocional, o desenvolvimento e a transmissão de conhecimentos, valores sociais e práticas culturais, visando fornecer os cuidados necessários para

manter a vida existente e reproduzir a próxima geração.<sup>28</sup>

O trabalho de reprodução social torna-se mais difícil e é colocado em crise quando as indústrias extractivas destituem comunidades e devastam a vida e os meios de subsistência da comunidade. As mulheres pagam os custos da limpeza de ecossistemas poluídos, são forçadas a caminhar mais e mais para atender às necessidades básicas das suas famílias e adoecem com as toxinas e venenos que encontram ao cozinhar com combustível sujo.<sup>29</sup>

Vandana Shiva<sup>30</sup> salienta que o patriarcado capitalista abusa da natureza e da economia de sustento, levando ambas ao limite. A terra e os seus recursos que sustentam a vida são destruídos, as mulheres são afastadas dos seus meios de subsistência e impedidas de ter acesso à terra, florestas, água e sementes das quais elas e as suas famílias e comunidades dependem para sobreviver. Os poderosos abocanham recursos dos vulneráveis e isso intensifica a violência. A crescente vulnerabilidade das mulheres como resultado da apropriação extractivista de terras e da exploração ecológica torna-as mais vulneráveis à violência.

As ecofeministas destacam que, por causa do foco do capitalismo nos lucros, tanto a natureza quanto as mulheres são dominadas, a terra e as mulheres são consideradas inferiores e tratadas como mercadorias que são dispensáveis e destinadas ao abuso.<sup>31</sup> Tal como a terra, os corpos femininos tornam-se propriedades de um sistema colonial patriarcal.<sup>32</sup>

28 Laslett and Brenner, 2006 in WoMin paper...

29 WoMin papers: Mapondera, M., Reddy, T. and Hargreaves S. (2019) *If another world is possible, who is doing the imagining? Building an ecofeminist development alternative in a time of deep systemic crisis. Bread and Butter Series, African Feminist Reflections on Future Economies. AWDF WoMin Africa Alliance. (2020) Concept note on development alternatives*

30 Mies, M. and Shiva V. (1993) *Ecofeminism. Halifax, N.S.: Fernwood Publications*

31 von Werlhof, C. (2007) *No critique of capitalism without a critique of patriarchy! Why the Left is no alternative. Capitalism Nature Socialism, 18(1), 13-27*

32 DA Silva, Ml. (2013) *Narratives of Desire: Gender and Sexuality in Bugul, Aidoo and Chiziane. A Dissertation Presented to the Department of Comparative Literature and the Graduate School of the University of Oregon in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy*

Na mesma ordem de ideias, activistas feministas comunitárias da Bolívia e da Guatemala vêm o capitalismo a tratar a terra e os corpos das mulheres como territórios dispensáveis a serem conquistados.<sup>33</sup>

### Procurando estratégias

À medida que procuramos formas de trabalhar com mulheres em comunidades que lidam com a violência de expropriação, bem como com a violência de violações e assassinatos perpetrados por milícias estatais e corporativas e pela segurança, há lições a serem retiradas dos entendimentos críticos acima.

Precisamos de legislação e processos de adjudicação do estado e das empresas, ao mesmo tempo que entendemos que eles existem dentro do predatório sistema capitalista que “deixa alguns morrer” e que o sistema legal é organizado de forma a privilegiar as empresas multinacionais, os ricos e os poderosos. Precisamos encontrar maneiras de ajudar a construir o poder das mulheres nas comunidades, de modo que estas possam usar esses processos para responsabilizar estados e empresas. No entanto, precisamos ir além do que existe para encontrar formas de garantir uma justiça transformacional, que possibilite a redução da violência e a eventual erradicação de actos de violência contra a vida e o corpo das mulheres.

A compreensão ecofeminista de que a violência é intrínseca a um modelo de desenvolvimento extractivista violento permite o desenvolvimento de abordagens transformadoras de organização e visões alternativas. Isso contrasta com as respostas convencionais à violência contra as mulheres, que muitas vezes individualizam o problema e a solução,

oferecendo às mulheres tratamento individual ou fazendo justiça apenas em termos legais.

A violência contra as mulheres foi, como observa Maria Mies<sup>34</sup>, o primeiro problema a mobilizar mulheres na década de 1970 com o surgimento do movimento de libertação das mulheres. As mulheres tomaram medidas em relação às muitas formas de violência vividas nas suas casas, comunidades e ruas. Retomar as marchas noturnas realçou que as mulheres não são livres para andar nos seus bairros por causa do perigo sempre presente de que os homens as violem. As mulheres apoiaram-se mutuamente através de aconselhamento e criação de abrigos para mulheres agredidas.

O assédio sexual no trabalho passou a ser definido como um problema e não apenas “homens sendo homens” e “tendo a diversão” a que tinham direito. A violação no casamento passou a ser definida como um acto criminoso e não simplesmente o direito do marido de tomar o que era legalmente seu. O direito das mulheres ao consentimento foi afirmado, que se uma mulher disser não, significa que não e que os homens devem ouvir.

O direito das mulheres à autonomia corporal foi afirmado e aceite como um direito em vários níveis da política e da lei. Por mais significativos que sejam esses ganhos, tanto em termos de conscientização de que as mulheres não devem ser abusadas, quanto em termos de mudanças legais que significam que as mulheres podem apresentar queixa e levar os autores da violência contra elas aos tribunais, a violência contra as mulheres não diminuiu. Como mostram as estatísticas recentes da ONU sobre VCM, globalmente, 35 por cento das mulheres sofreram violência física e / ou sexual por parceiro íntimo, ou

33 González, TP. (2016) *Defending the body-earth territory: an alternative for social movements in resistance*. World Rainforest Movement, Bulletin 226, 20 October 2016

<https://worm.org.uy/articles-from-the-worm-bulletin/defending-the-body-earth-territory-an-alternative-for-social-movements-in-resistance-1/>

34 Mies, M. and Shiva V. (1993) *Ecofeminism*. Halifax, N.S: Fernwood Publications

violência sexual por um não parceiro.

As estatísticas também revelam que, globalmente, muitas mulheres não relatam a violência que sofrem. Menos de 40 por cento das mulheres que sofrem violência procuram ajuda de qualquer tipo.<sup>35</sup> Entre as razões está o facto que as mulheres muitas vezes enfrentam uma vitimização secundária quando falam abertamente - de famílias, comunidades, polícia e tribunais.

Talvez a principal lacuna nas abordagens feministas convencionais, como argumenta Gillian Walker<sup>36</sup>, seja uma mudança nas abordagens conduzidas por movimentos políticos para abordagens despolitizadas legalmente definidas. Essa mudança ocorreu na década de 1990 com o surgimento do que chamamos de femocratas - isto é, feministas entrando no estado e nas arenas da ONU com massa crítica. Este maior envolvimento com e dentro dos processos do estado objetivou um maior aconselhamento, abrigo e apoio legal para mulheres que sofreram violência pelas mãos dos seus parceiros íntimos ou individualmente por outros homens. No entanto, ao lado desses apoios adicionais, veio uma despolitização das questões. A fim de garantir que obtivessem ganhos na defesa dirigida pelo Estado, as organizadoras feministas despolitizaram a sua linguagem.

Para serem aceites nos processos técnicos, jurídicos e políticos, as organizadoras feministas diluíram a sua linguagem e as suas demandas. E, para muitos, todo o seu foco se tornou esse novo terreno do feminismo de estado. Isso significou que os ganhos das leis sobre violações e violência doméstica, no treinamento de policiais e magistrados foram feitos a par com as perdas. As perdas resultantes foram um

enfraquecimento da organização transformadora e da construção de movimentos como estratégias para enfrentar a violência contra as mulheres.

Entre os desafios recentes aos remédios legais e conduzidos pelo Estado à violência contra as mulheres estão os desafios das feministas dos EUA, como Angela Davis, Ruth Wilson Gilmore e Mariame Kaba.

Angela Davis<sup>37</sup> observa que a principal estratégia do movimento de mulheres tem sido criminalizar a violência contra as mulheres, ou seja, garantir que existam leis que permitam às mulheres fazer com que a justiça criminal actue nos casos de violência. Angela Davis afirma que essa estratégia não vai acabar com a violência contra as mulheres, assim como a prisão não acabou com o crime em geral. Davis observa que um grande desafio para as feministas é como trabalhar com a contradição de que, embora os recursos legais sejam necessários, esses recursos dependem de punições dentro de instituições que promovem a violência e estão localizadas em estados que agem violentamente contra pessoas, especialmente pessoas de cor, os pobres e os marginalizados.

A análise da WoMin reflecte essas ideias. Como é que as mulheres agem e buscam respostas legais ou outras respostas em termos de justiça quando o próprio estado ao qual elas devem relatar e do qual devem buscar assistência e justiça é o principal perpetrador da VCM onde elas residem e trabalham?

Angela Davis observa a necessidade de desenvolver uma abordagem que conte com a mobilização política em vez de recursos legais ou prestação de

35 UN Women. (2021) *Fact and Figures: Ending Violence against Women*  
<https://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures>

36 Walker, Gillian. (2003). "The Conceptual Politics of Struggle: Wife Battering, the Woman's Movement and the State." In *Studies in Political Economy: Developments in Feminism*, 2nd ed., edited by C. Andrews. Toronto: Women's Press.

37 Davis, A. (2000) *The Color of Violence Against Women*, keynote address at the *Color of Violence Conference* in Santa Cruz. *Colorlines*, Vol. 3 no. 3, Fall 2000 [http://www.arc.org/C\\_Lines/CLArchive/story3\\_3\\_02.html](http://www.arc.org/C_Lines/CLArchive/story3_3_02.html)



serviço social, e que simultaneamente desenvolva soluções para a violência temporárias e de longo prazo, com base na consciência de que o capitalismo global, o colonialismo global, o racismo e o patriarcado moldam a violência contra mulheres negras.<sup>38</sup>

Angela Davis desafia-nos a pensar numa justiça transformadora que possa criar uma comunidade humana mais justa e relações que nos permitam florescer em vez de sermos apanhados num ciclo de vingança e retaliação. Ela ressalta que a justiça retributiva e a vingança são o impulso que internalizamos do estado: “Não perguntamos como podemos melhorar essa relação, perguntamos como podemos atingi-los.”<sup>39</sup>

Mais abrigos e melhor legislação para as mulheres vítimas de violência não conseguiram reduzir significativamente a violência contra as mulheres. Como Hall aponta<sup>40</sup>, isso ocorre porque os serviços do Estado, particularmente o sistema de justiça criminal, reproduz as desigualdades estruturais e a violência que viabilizam a violência contra as mulheres. Embora a importância desses serviços para o bem-estar e a segurança das mulheres não deva ser ignorada, tampouco devem ser ignoradas as suas lacunas, exclusões e inadequações.

Acima de tudo, uma abordagem de serviço não aborda estruturas de violência que apóiam e promovem expressões individuais e colectivas de violência. Como True<sup>41</sup> aponta, a vulnerabilidade das mulheres à violência é condicionada e

intensificada pelas estruturas políticas económicas globais. A globalização económica e as políticas neoliberais aumentaram a pobreza, intensificaram a exploração do trabalho, limitaram drasticamente a saúde e outros serviços sociais com repercussões nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, e essas políticas exacerbam a violência contra as mulheres. Nesse cenário de aumento da desigualdade social e económica, a violência contra as mulheres aumentou, com algumas mulheres a vivenciar formas mais perniciosas de violência do que outras.

True baseia-se em Kimberlé Crenshaw, que argumenta que a violência doméstica contra as mulheres deve ser entendida por meio de violentas desigualdades estruturais baseadas em raça e classe. Na perspectiva da WoMin, a experiência das mulheres afectadas pela mineração e de forma semelhante por outras actividades extractivas deixa as mulheres e as suas famílias sem meios para sobreviver e se reproduzir. Expropriações e perdas causam enorme tensão nas famílias e, dadas as bases patriarcais da maioria das comunidades, a violência e a frustração são frequentemente direccionadas aos corpos das mulheres e raparigas. Como Hall<sup>42</sup> observa e como alude Angela Davis, estar ciente do estado como um agente de violência não impede as feministas de exigir mudanças e serviços legislativos para mulheres que sofrem violência. Hall refere-se à campanha Sisters in Spirit no Canadá, que embora seja baseada na consciência da violência colonial em curso do estado Canadense

38 Ibid

39 Dream Defenders. (2020) Sunday School: Unlock us, Abolition in our Lifetime. Zoom talk with Angela Davis. 14 June 2020 <https://www.facebook.com/DreamDefenders/videos/615123319385564/>

40 Hall, R.J. (2014) “Feminist Strategies to End Violence Against Women”, in *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movement*, edited by Rawwida Baksh and Wendy Harcourt. Oxford Handbooks Online <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199943494.001.0001/oxfordhb-9780199943494-e-005>

41 True, J. (2014). “The Political Economy of Violence Against Women: A Feminist International Relations Perspective”, in *Australian Feminist Law Journal*, 32, 39-59

42 Hall, R.J. (2014) “Feminist Strategies to End Violence Against Women”, in *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movement*, edited by Rawwida Baksh and Wendy Harcourt. Oxford Handbooks Online <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199943494.001.0001/oxfordhb-9780199943494-e-005>

contra povos das primeiras nações, ao mesmo tempo exige protecção desse estado para actos individuais de violência que emanam dessas relações estruturais. Esta não é uma posição contraditória, observa Hall, mas sim uma posição complexa que deve ser levada a cabo pela segurança e dignidade das mulheres mais marginalizadas pela violência estatal, dentro e fora dos seus limites.

Dois exemplos de organizações nos EUA que buscam formas não violentas de lidar com a violência contra as mulheres são a INCITE, uma rede de feministas radicais negras, que se organiza para acabar com a violência estatal e com a violência no lar e nas comunidades; e Sista to Sista, um colectivo de mulheres Negras e Latinas da classe trabalhadora em Brushwick, Brooklyn, Nova York, que trabalha para construir uma sociedade baseada na libertação e no amor.<sup>43</sup> A declaração de propósito da INCITE estabelece o seguinte:

***“Procuramos construir movimentos que não só acabem com a violência, mas que criem uma sociedade baseada na liberdade radical, responsabilidade mútua e reciprocidade fervorosa. Dentro desta sociedade, a segurança e protecção não terão como premissa a violência ou a ameaça de violência; será baseada num compromisso colectivo de garantir a sobrevivência e cuidar de todas os povos”<sup>44</sup>***

O modelo antiviolença de Sista to Sista é baseado no envolvimento e educação da comunidade. Como alternativa a procurar segurança da polícia, Sista to Sista opera uma Escola da Liberdade para jovens mulheres e organiza o Sista’s Liberated Ground, uma área onde a violência não é tolerada. Mulheres da organização construíram uma campanha de conscientização pública em torno do local e inauguraram o espaço a 28 de Julho de 2004, numa festa de quarteirão em que membros da comunidade foram convidados a assinar um compromisso antiviolença.<sup>45</sup>

<sup>43</sup> Ibid.

<sup>44</sup> INCITE. (2006) *Color of Violence: The Incite! Anthology*. Cambridge: South End Press.

<sup>45</sup> Sista Il Sista. (2006) “Sistas Makin’ Moves: Collective Leadership for Personal Transformation and Social Justice.” In *Color of Violence: The Incite! Anthology*, edited by INCITE, 196–207. Cambridge: South End Press.

Procuramos construir movimentos que não só acabem com a violência, mas que criem uma sociedade baseada na liberdade radical, responsabilidade mútua e reciprocidade fervorosa. Dentro desta sociedade, a segurança e protecção não terão como premissa a violência ou a ameaça de violência; será baseada num compromisso colectivo de garantir a sobrevivência e cuidar de todas os povos



A WoMin acredita que as acções de reparação devem ser lideradas pelos mais afectados. Sendo assim, a Womin trabalha com os seus aliados para construir o poder das mulheres e apoiar as mulheres e as suas comunidades para aprofundar as suas lutas contra o extractivismo.



# PARTE QUATRO :

## TRABALHANDO EM ALTERNATIVAS

---

**Os casos Barrick e Hudbay mencionados anteriormente neste documento buscam justiça dentro dos limites da lei e em termos de estruturas de reparação e compensação oferecidas por empresas. Essas respostas têm um lugar definido no trabalho de pressionar pela responsabilização das corporações infractoras. No entanto, a WoMin em conjunto com outras organizações ecofeministas apontam que a violência contra as mulheres está ligada a sistemas de classe e opressão patriarcal; e essa mudança é necessária para as estruturas de opressão enquanto, ao mesmo tempo, aborda os efeitos imediatos por meio de aconselhamento, quebrando o silêncio e permitindo que as mulheres trabalhem para se libertar da autculpa, do medo e do estigma.**

A violência contra as mulheres deve ser vista no contexto da violência mais ampla nas comunidades e nos países em que vivemos, onde as desigualdades e a pobreza estão enraizadas num sistema violento e desumanizador. Vandana Shiva observa que acabar com a violência contra as mulheres significa ir além de uma economia violenta moldada pelo patriarcado capitalista, para uma economia pacífica não violenta e sustentável que respeita as mulheres e a terra.<sup>46</sup>

A visão Maria Mies<sup>47</sup> de uma alternativa apresenta uma nova forma de olhar a economia que ela chama de “perspectiva de subsistência”. Esta perspectiva coloca a criação, recreação e suporte da vida e do viver no centro, ao invés de dinheiro, crescimento económico ou lucro.

A perspectiva de subsistência rejeita a sociedade industrial capitalista. Os princípios da perspectiva de subsistência de Mies incluem a necessidade de redefinir o que entendemos por uma vida boa. Abundância para alguns e absoluta pobreza para a maioria não podem ser interpretadas como significado de uma vida boa. Uma vida boa exige que transformemos as relações sociais em relações respeitadas e mútuas e que acabemos com as relações patriarcais, violentas e militaristas. É necessária uma revolução total para libertar mulheres e homens das estruturas patriarcais e de ideologias violentas.

Mies convida-nos a redefinir o conceito de “trabalho” para que todo o trabalho, incluindo o trabalho de donas de casa, camponeses de subsistência e artesãos, seja considerado valioso. Ela convida-nos a liberar os conceitos de “trabalho produtivo” e de “produtividade” para que promovam uma vida boa para todos.

### Trabalho contínuo da WoMin na busca de acções alternativas

A WoMin acredita que as acções de reparação devem ser lideradas pelos mais afectados. Sendo assim, a Womin trabalha com os seus aliados para construir o poder das mulheres e apoiar as mulheres e as suas comunidades para aprofundar as suas lutas contra o extractivismo.

Uma vertente contínua do trabalho da WoMin é trabalhar com movimentos e ONGs aliadas a mulheres em comunidades afectadas por

---

<sup>46</sup> Mies, M. and Shiva V. (1993) *Ecofeminism*. Halifax, N.S.: Fernwood Publications

<sup>47</sup> Mies, M. (2006) CNS conference keynote address: “War is the father of all things” (Heraclitus) “but nature is the mother of life” von Werlhof, C. (2007) *No critique of capitalism without a critique of patriarchy! Why the Left is no alternative*. *Capitalism Nature Socialism*, 18(1), 13-27

extractivos em direcção à cura e às práticas alternativas. Um aspecto desse trabalho liderado por mulheres é desenvolver formas de pensar e compreender a violência do desalojamento e da miséria e a violência física que as mulheres e as suas comunidades vivenciam. Um segundo aspecto deste trabalho liderado por mulheres nas comunidades é um processo de recuperação, diálogo, sonho e documentação da imaginação das mulheres sobre uma comunidade, sociedade e África diferentes, a serviço de seu povo e das mulheres em particular. Isto combinado com esforços para tornar visíveis as estratégias de enfrentamento das mulheres, bem como a recuperação de práticas dizimadas pela colonização e neocolonização, e a documentação de alternativas de vida. Estas irão informar as diferentes expressões das alternativas pan-africanas ao modelo capitalista dominante. Isto tomará a forma de exposições, podcasts, colecções de histórias, um estatuto e informará a organização e as campanhas em andamento em todo o continente.

No período de 10 de Novembro a 10 de Março de 2020, a WoMin uniu-se a outras 12 organizações, incluindo uma rede de defensores dos direitos humanos na África do Sul, para construir um mês de acção sob a bandeira da Rise Against Repression.<sup>48</sup> Esta plataforma divulgou 16 casos de repressão e violência confrontando indivíduos e comunidades, criticando, desafiando e invadindo megaprojetos extractivistas em toda a região. A plataforma tem como objectivo crescer e assumir esforços de defesa e solidariedade, espera-se que de mãos dadas com redes de defensores dos direitos humanos em toda a região.

Como parte desta iniciativa, a WoMin inscreveu um caso detalhado sobre a violação de mulheres na mina Barrick North Mara na Tanzânia.<sup>49</sup> O caso pode ser acessado no site Rise Against Repression. A violência perpetrada por seguranças e polícias na mina Barrick's North Mara, na Tanzânia, foi semelhante à violência cometida na mina Porgera ilustrada no estudo de caso acima. Em 2013 os aldeões Tanzanianos deram entrada a uma acção judicial contra a Barrick no Reino Unido, depois dos parentes serem mortos na mina de ouro e de outros serem feridos por polícias que trabalhavam para fornecer segurança à mina sob contrato com a empresa.

Paralelamente a esses macro-esforços de maior envergadura, a WoMin tem trabalhado no Zimbabwe em parceria com a Unidade de Serviços de Aconselhamento (CSU)<sup>50</sup> para prestar apoio às mulheres em comunidades afectadas pela violência no sentido de trabalhar colectivamente para ultrapassar o trauma, reconstruir meios de subsistência, desenvolver ideias sobre o que a justiça significa para elas; ao mesmo tempo que apóia as mulheres para construir o seu poder e na sua organização. Este trabalho está numa fase avançada (no momento da redacção), mas foi interrompido em Março de 2020 como resultado das restrições de lockdown do COVID. A descrição da experiência que estamos a realizar será lançada juntamente com este artigo. Veja xxx. Também está a ser partilhado por meio de conversas com parceiros e aliados em Moçambique e na Serra Leoa. Compartilhamos algumas reflexões emergentes sobre essa tentativa de avançar em direcção a uma alternativa que construa solidariedade ao mesmo tempo que aborda o trauma e a cura.

48 <https://riseagainstrepression.org/>

49 A short film *Women Speak Out About Abuse at Barrick Gold's North Mara Mine in Tanzania* by MiningWatch Canada can be accessed at : <https://youtu.be/lizXaJShi8Y>

50 This systematisation of a feminist collective model of trauma support can be accessed at <https://riseagainstrepression.org/tribute-wall/north-mara-tanzania-rape/>

## Piloto no Zimbabwe

O CSU com o apoio da WoMin reuniu 18 mulheres que vivenciaram traumas decorrentes da militarização e securitização de áreas circunvizinhas e impactadas pelas actividades de mineração. Entre as mulheres estavam garimpeiras de pequena escala, mulheres que viviam dentro ou perto de minas e mulheres que foram realojadas como resultado da mineração.<sup>51</sup>

As violações que as mulheres sofreram foram desde violações sexuais, psicológicas a físicas por parte de forças do estado e empresas de segurança privada trazidas para “proteger” as operações de mineração. As experiências de mulheres garimpeiras incluíram violações, serem forçadas a fazer sexo como uma “multa”, serem forçadas a expor partes do corpo, serem submetidas a revistas corporais invasivas, serem baleadas, mordidas por cães, agredidas com punhos, botas e armas, e detidas em jaulas expostas sem comida.

As mulheres e as suas comunidades que vivem dentro ou perto de áreas de mineração sofreram doenças como resultado da poluição do ar e da água, e exposição a explosões constantes, mesmo durante a noite, estas racharam casas, perturbaram o sono e causaram stress constante. Elas foram revistadas arbitrariamente pelas forças de segurança nas suas casas e estavam constantemente com medo de serem violadas por soldados ou mineiros.

As mulheres deslocadas pela mineração perderam as suas casas, formas de vida e meios de subsistência. Elas ficaram sem campos para trabalhar, ou propriedades para manter, ou actividades para estruturar os seus dias. As mães ficaram preocupadas com a segurança dos seus filhos e com o seu futuro, devido à perda de acesso à escola, à terra e ao sustento. Aqueles que passaram pela exumação dos corpos de entes

queridos quando foram reassentados ficaram altamente tensos por não terem sido capazes de realizar ritos tradicionais para garantir que os seus entes queridos descansassem em paz.

As 18 mulheres reuniram-se em três sessões que incluíram avaliações psicológicas e médicas; artes e ofícios terapêuticos individuais e em grupo; informações psicológicas, médicas e jurídicas; segurança e informações de protecção; desenvolvimento do grupo de pares; e exploração de idéias relacionadas a projectos de subsistência. Os objectivos foram compreender o impacto da mineração extractiva e desenvolver acções lideradas por mulheres para desafiar esses impactos, oferecendo apoio na construção de estratégias de convivência.

A abordagem de apoio às mulheres foi pautada por princípios feministas. Neste sentido, centrando-se na partilha colectiva, na narração de histórias e no apoio que criou solidariedade e destruiu o profundo isolamento que as mulheres haviam vivido após as violações sexuais. O processo permitiu que as mulheres centralizassem a cura com base nas realidades vividas e nas formas tradicionais de lidar com o trauma e a partir delas. As mulheres tiveram sessões que lhes permitiram dismantlar e questionar sistemas como o patriarcado e o capitalismo e como estes funcionam para perpetrar a violência, bem como incutir vergonha e culpar as vítimas. A abordagem foi deliberada em enfatizar o cuidado colectivo como um modelo de apoio ao trauma.

Inicialmente as mulheres tiveram medo de participar do programa por medo de repercussões. Algumas suspeitaram que o programa fosse criado por empresas de mineração com o propósito de ver se as mulheres revelariam abusos dos direitos. O desenvolvimento da confiança foi um ponto de partida crucial para permitir que as mulheres

<sup>51</sup> Draft report by CSU and WoMin September 2020

começassem a falar sobre as suas experiências traumáticas.

As mulheres relataram que se sentiam isoladas e sozinhas, que não havia ninguém para ouvi-las e que a polícia ou chefes de aldeia recusaram ajudá-las quando elas tentaram obter ajuda. Elas sentiram-se impotentes em relação aos homens nas suas casas e comunidades, em relação às forças de segurança, em relação às grandes empresas estrangeiras e em relação ao seu próprio governo.

Muitas mulheres apresentaram sintomas comuns de trauma e depressão. Algumas tinham pensamentos suicidas, outras pareciam desesperadas. Mulheres que interagiram com soldados apresentaram os níveis mais altos de stress. Na terceira sessão, havia níveis significativamente mais baixos de depressão em todas as mulheres.

Ao longo das três sessões, as mulheres foram informadas sobre as maneiras de reconhecer traumas em si mesmas e nos outros e foram treinadas para desenvolver habilidades básicas de aconselhamento relevantes para a comunidade e habilidades para encaminhar mulheres a provedores de serviços relevantes e disponíveis, incluindo para relatar violações de direitos.

Cada mulher foi apoiada no sentido de tornar visíveis os mecanismos de enfrentamento existentes e pensar em novos e construir um plano de autocuidado. Foi desenvolvido um pacote de cuidados com feedback das mulheres e incluía aconselhamento, necessidades médicas, jurídicas, de segurança e de encaminhamento.

A terceira sessão trouxe o projecto para um contexto mais amplo, aumentando a consciência de que as mulheres em outros países e regiões são afectadas pelas actividades extractivas e se mobilizaram para reivindicar os seus direitos e, em alguns casos, conseguiram interromper as actividades de mineração. O filme da WoMin

“Mulheres seguram o céu” (hiperlink) foi uma ferramenta fundamental neste processo. Aumentou-se a conscientização sobre como desde a mais tenra idade se ensina as mulheres a cumprir papéis estereotipados de género e que existe todo um sistema em vigor para subordinar as mulheres.

Na discussão sobre a necessidade de reconstruir os meios de subsistência, as mulheres participantes propuseram um projecto de galinhas. A WoMin comprometeu-se com um projecto de propriedade colectiva de galinhas compreendendo 900 pintos, ração para galinhas e vacinas. Elas tiveram formação em criação de galinhas por meio de uma organização especializada no empoderamento de mulheres rurais. Enquanto as mulheres criam as galinhas nas suas propriedades, o projecto das galinhas é desenhado de forma a permitir espaço para que as mulheres continuem a reunir-se nas suas comunidades e construam uma estrutura de apoio baseada na comunidade, fornecendo apoio social e emocional às mulheres afectadas pela violência.

O processo piloto no Zimbabwe construiu solidariedade entre as mulheres participantes, validou o valor de cada uma e aumentou a autoestima. No todo foi uma experiência radical e empoderadora para as mulheres. A equipe da CSU foi desafiada a compreender o trauma das indústrias extractivas na vida das mulheres e a equipe da WoMin foi desafiada a mergulhar mais profundamente no trauma e na cura.

Seis meses após a conclusão do programa, o Zimbabwe entrou em lockdown COVID e, embora fosse impossível ter reuniões presenciais, o suporte remoto via telefonemas está em andamento. Os grupos de apoio estabelecidos na primeira sessão foram mantidos e os membros mantiveram contacto regular, fornecendo apoio social e emocional e permitindo que as mulheres continuassem com os seus esforços para fortalecer os seus meios de subsistência.



O ponto crítico para o apoio contínuo das mulheres é uma conversa e uma exploração mais profunda de como é a justiça para cada uma das mulheres. Este processo visa afirmar as mulheres e permitir-lhes definir o que é justiça para elas, legal ou não. É um projecto que visa continuar a homenagear e centrar as vozes e experiências das mulheres. Este trabalho, e o respectivo esforço para ajudar as mulheres a contar as suas histórias em narrativa e por meio de missangas ou tricô, foi muito impactado pela COVID na maior parte de 2020 e em 2021. O processo de contar histórias e a exploração de opções de justiça deve ser realizado cara a cara. A WoMin continua a documentar estes processos.

### Aprendendo com o Movimento dos Guardiões de Yaoska<sup>52</sup>

Conforme aprendemos com a nossa prática actual e definimos um caminho para a prática contínua, também podemos aprender muito com movimentos como o Movimento dos Guardiões de Yaoska, do município de Rancho Grande, no Norte do Nicarágua. O movimento é um exemplo dos muitos movimentos emergentes no Nicarágua com o propósito de rejeitar grandes projectos extractivistas; como mineração, canal interoceânico, barragens e monoculturas como a cana-de-açúcar. Muitos desses movimentos são liderados por mulheres que entendem que elas são as mais afectadas.

O movimento protestou contra a proposta da mineradora canadense de ouro B2Gold de abrir uma mina de ouro nas suas terras e, após uma luta de 11 anos, caracterizada por extrema repressão por parte do exército e da polícia, conseguiu paralisar o projecto na fase de exploração, com o governo declarando a exploração continuada como “inviável”.

O Movimento foi iniciado em 2003, quando mulheres e homens das 38 comunidades afectadas questionaram o apoio do governo do Nicarágua à mineração como forma de reduzir a pobreza. A comunidade destacou que a mineração em outras cidades aumentou a desigualdade, não reduziu a pobreza e gerou impactos económicos, sociais e ambientais prejudiciais às pessoas e à terra.

O movimento rejeita a mineração porque ela impactaria a economia local sustentável da qual os cidadãos locais do território dependem para a sua subsistência.

As mulheres do Rancho Grande participam dos Guardiões Yaoska. Como líderes em espaços de tomada de decisão, com a capacidade de mobilizar outras mulheres, expuseram formas pelas quais as mulheres são afectadas pela mineração. A mineração causa mudanças nos ecossistemas e nas fontes de água, o que aumenta a carga para as mulheres, uma vez que as mulheres são responsáveis pelo fornecimento de alimentos e pela saúde das suas famílias e comunidades. A mineração aprofunda as relações de dominação dos homens sobre as mulheres. A mineração também leva ao aumento da violência e do abuso sexual por parte de homens que vêm de fora da área e se sentem no direito de invadir o território e os corpos das mulheres.

Para o movimento, defender o território é defender o seu modo de vida - que está profundamente enraizado na terra e na comunidade, onde ainda existe o cuidado mútuo, bem como a valorização do colectivo sobre o individual. Apesar dessas características na comunidade, persiste uma grande desigualdade entre mulheres e homens.

O movimento vê a luta pela defesa da terra como inseparável da luta pela defesa dos corpos das

<sup>52</sup> This subsection is based on: González, TP. (2016) *Defending the body-earth territory: an alternative for social movements in resistance*. World Rain-forest Movement, Bulletin 226, 20 October 2016 <https://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/defending-the-body-earth-territory-an-alternative-for-social-movements-in-resistance-1/>

mulheres - o primeiro território a ser libertado num sistema de exploração. Somente unindo lutas relacionadas ao território, corpos e vidas eles podem resistir e criar alternativas para transformar o sistema capitalista, patriarcal e colonial.

Em Rancho Grande, o exército e a polícia protegem o investimento estrangeiro e reprimem os protestos do povo. Funcionários da empresa e oficiais do governo ameaçaram e abusaram física e verbalmente de mulheres e homens do Movimento dos Guardiões de Yaoska pela sua posição contra a mineração.

O Movimento entende que o território que defende não pode ser repleto de relações de desigualdade, pois estas fragilizam a comunidade. O Movimento defende uma vida boa e feliz para todos, com corpos livres convivendo em harmonia uns com os outros e com a natureza:

**“« Le territoire n'est pas seulement un "O território não é apenas um espaço físico: florestas, montanhas e rios; tem um significado mais profundo. É onde ocorrem as relações entre os humanos e com o meio ambiente (animais, plantas); são as rochas e minerais que o sustentam, e o ar ao redor que permite que todas essas formas de vida existam. É também história, memória e cultura, e as raízes e espiritualidade que formam a visão de mundo de cada povo. O território é onde as identidades individuais e colectivas são construídas. Portanto, defender um território é defender as formas de vida que o habitam”.**

**“Diante de uma ameaça como a**

**instalação de um projecto de mineração, defender um território torna-se uma luta pela defesa da própria vida. .... Para defender uma vida boa onde possamos ser felizes, a luta deve emendar a injustiça do próprio sistema, em defesa conjunta da terra e dos corpos. Caso contrário, a defesa territorial é apenas parcial e ajuda a manter as desigualdades.”**

## Aprendendo com a Women's Earth Alliance e a Native Youth Sexual Health Network

Da mesma forma que podemos tirar lições dos Guardiões Yaoska no Nicarágua, há lições a serem retiradas da Women's Earth Alliance (WEA) e Native Youth Sexual Health Network (NYSHN).<sup>53</sup>

Em 2014, a WEA e a NYSHN começaram a documentar a saúde e a segurança das mulheres e jovens indígenas nos territórios mais afectados pelas indústrias extractivas nos EUA e no Canadá. O relatório Violência na Terra, Violência nos Nossos Corpos e o kit de ferramentas que surgiu desse processo expõe os impactos do extractivismo nas pessoas e na terra e é um suporte para a acção contra a violência ambiental.

O relatório revela que cura e cerimónia são respostas cruciais à violência ambiental; e que, embora as leis e políticas locais, federais e internacionais sirvam como ferramentas essenciais, os povos indígenas também estão a projectar soluções culturalmente seguras e baseadas na comunidade para reduzir os danos.<sup>54</sup>

A violência que acontece na terra é vista como

<sup>53</sup> WEA invests in training and supporting grassroots women to drive solutions to our most pressing ecological concerns — water, food, land, and climate. NYSHN is a network by and for Indigenous youth that works across issues of sexual and reproductive health, rights, and justice in the United States and Canada.

<sup>54</sup> Women's Earth Alliance and Native Youth Sexual Health Network. (2016) Violence on the land, violence on our bodies: Building an Indigenous Response to Environmental Violence <http://landbodydefense.org/uploads/files/VLVBReportToolkit2016.pdf>

intimamente ligada à violência que acontece aos corpos. Muitas dessas comunidades são locais de fabricação de produtos químicos e depósito de lixo, enquanto outras são locais de acampamentos de homens que são trazidos para trabalhar na indústria de gás e petróleo. A violência ambiental varia de violência sexual e doméstica, drogas e álcool, assassinatos e desaparecimentos, doenças reprodutivas e exposição tóxica, ameaças à cultura e modos de vida indígenas, crime e outros agressores sociais.

O relatório observa que:

***“Esta perigosa intersecção da indústria extractiva, a violência que a acompanha e uma população de mulheres e jovens que já são alvos de violência sistémica e trauma geracional, prepara o terreno para o aumento da violência na terra, levando a um aumento violência contra os indígenas”.***

O relatório observa que os riscos enfrentados como resultado dos extractivos fazem parte de um sistema maior de colonização e trauma histórico. Isso inclui níveis mais elevados de câncer, anomalias congénitas, abortos espontâneos e doenças mentais. Tudo isso teve impactos profundos no tecido social das comunidades indígenas que vivem perto de empreendimentos industriais. A indústria extractiva, alimentada pela ganância corporativa e governamental, promove os sistemas coloniais e patriarcais ao desgastar os sistemas de governança tradicionais indígenas e o papel das mulheres nessas comunidades.<sup>55</sup>

Pessoas sobre os seus corpos e as terras de que fazem parte; contestam as respostas convencionais de aumento do policiamento ou da criminalização; centram a auscultação profunda para chegar a soluções alternativas; e colocam as mulheres no epicentro da resistência à expropriação de suas terras, água, florestas e modo de vida. O relatório propõe alternativas para a idealização e a prática actual do desenvolvimento.

55 *ibid*

# PARTE CINCO:

## UMA BREVE NOTA DE CONCLUSÃO

---

Uma vez que as raízes da violência que as mulheres vivem estão num sistema económico explorador, vemos a necessidade de mudar o sistema e trabalhar em prol de uma alternativa. A alternativa que temos em mente é uma vida boa e feliz, onde corpos livres vivam em harmonia uns com os outros e com a natureza.

Enquanto trabalhamos em direcção a essa visão livre de violência, precisamos oferecer apoio às mulheres para a sua cura e precisamos considerar as formas de justiça que as mulheres desejam seguir, dadas as armadilhas nas formas existentes de justiça que repetidamente falham às mulheres. Isso requer o envolvimento de uma auscultação profunda, bem como aprender com os exemplos citados dos grupos de mulheres incluídos neste artigo - os Guardiões Yasoka, a Women's Earth Alliance e Sista to Sista.

À medida que ouvimos as mulheres com quem trabalhamos, colocamos a nossa criatividade na elaboração de estratégias que tentam recuperar as práticas passadas de produção e reprodução, enquanto sonhamos com uma comunidade, sociedade e África que represente as mulheres e sirva os seus interesses.

# REFERÊNCIAS

---

- Da Silva, Ml. (2013) Narrativas do Desejo: Gênero e Sexualidade em Bugul, Aidoo e Chiziane. Uma Dissertação apresentada ao Departamento de Literatura Comparada e à Escola de Pós-Graduação da Universidade de Oregon em cumprimento parcial dos requisitos para o grau de Doutor em Filosofia
- Davis, A. (2000) A Cor da Violência Contra as Mulheres, discurso principal na Conferência da Cor da Violência em Santa Cruz. Colorlines, Vol.3 no.3, Outono 2000  
[http://www.arc.org/C\\_Lines/CLArchive/story3\\_3\\_02.html](http://www.arc.org/C_Lines/CLArchive/story3_3_02.html) (link não funciona)
- Democracia Agora. (2020) O Caso da Abolição da Prisão: Ruth Wilson Gilmore sobre a COVID-19, Capitalismo Racial e Decarceração. 5 de Maio, 2020  
[https://www.democracynow.org/2020/5/5/ruth\\_wilson\\_gilmore\\_abolition\\_coronavirus](https://www.democracynow.org/2020/5/5/ruth_wilson_gilmore_abolition_coronavirus)
- Defensores dos Sonhos. (2020) Escola Dominical: Destranquem-nos, Abolição na nossa vida. Conversa no Zoom com Angela Davis. 14 de Junho de 2020  
<https://www.facebook.com/DreamDefenders/videos/615123319385564/>
- Earthrights International. Factsheet: Abuso pela Barrick Gold Corporation  
[https://earthrights.org/wp-content/uploads/documents/barrick\\_fact\\_sheet\\_-\\_earthrights\\_international1.pdf](https://earthrights.org/wp-content/uploads/documents/barrick_fact_sheet_-_earthrights_international1.pdf)
- Ekine S. (2008) As Respostas da Mulheres à Violência no Delta do Níger. África Feminista 10
- Federici, S (2020) Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction and Feminist Struggle. Oakland, CA. PM Press
- González, TP. (2016) Defender o território corpo-terra: uma alternativa para os movimentos sociais em resistência. Movimento Mundial das Florestas Tropicais, Boletim 226, 20 de Outubro de 2016  
<https://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/defending-the-body-earth-territory-an-alternative-for-social-movements-in-resistance-1/>
- Hall, RJ. (2014) “Estratégias Feministas para Acabar com a Violência Contra as Mulheres”, em O Manual Oxford do Movimento Feminista Transnacional, editado por Rawwida Baksh e Wendy Harcourt. Manuais de Oxford Online  
<https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199943494.001.0001/oxfordhb-9780199943494-e-005>
- Human Rights Watch. (2009) Diamantes em Bruto: Violações dos direitos humanos nos campos de diamantes Marange do Zimbábue, relatos sobre a brutalidade e as violações dos direitos humanos infligidas sobre mineiros artesanais e aldeãos  
<https://www.hrw.org/report/2009/06/26/diamonds-rough/human-rights-abuses-marange-diamond-fields-zimbabwe>
- INCITE. (2006). Cor da Violência: The Incite! Antologia. Cambridge: South End Press.
- Mapondera, M., Reddy, T. e Hargreaves S. (2019) Se outro mundo é possível, quem está a imaginá-lo? Construindo uma alternativa de desenvolvimento ecofeminista numa época de profunda crise sistémica. Série Bread and Butter (Pão e Manteiga), Reflexões Feministas Africanas sobre as Economias Futuras. AWDF
- McClintock, A. (1995) Couro Imperial: Raça, Gênero, e Sexualidade na Disputa Colonial. Nova Iorque: Routledge
- Mies, M. e Shiva V. (1993) Ecofeminismo. Halifax, N.S: Publicações Fernwood
- Mies, M. (2006) Discurso de abertura da conferência CNS

## REFERÊNCIAS

---

- Mining Watch Canada. (2018) Mulheres falam sobre abusos na Barrick Golds North Mara Mine em Tanzania  
<https://youtu.be/lizXajShi8Y>
- RADD, Muyissi Environment, Natural Resource Women Platform Radio Culture, GRAIN e World Rainforest Movement (2019) Quebrar o Assédio ao Silêncio, Violência Sexual e Abuso Contra as Mulheres dentro e em torno de Plantações Industriais de Óleo de Palma e Borracha  
<https://www.farmlandgrab.org/post/view/28799>
- RWebsite da Rise against repression: <https://riseagainstrepression.org/>
- SSista Il Sista. (2006) “Sistas Makin’ Moves: Liderança Colectiva para a Transformação Pessoal e Justiça Social”, em Cor da Violência: The Incite! Antologia, editado por INCITE, 196-207. Cambridge: South End Press.
- True, J. (2014) “A Economia Política da Violência Contra as Mulheres: Uma Perspectiva Feminista das Relações Internacionais”, no Australian Feminist Law Journal, 32, 39-59.
- ONU Women. (2021) Factos e Números: Acabar com a violência contra as mulheres  
<https://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures>
- von Werlhof, C. (2007) Não há crítica ao capitalismo sem uma crítica ao patriarcado! Porque é que a Esquerda não é alternativa. Capitalism Nature Socialism, 18(1), 13-27
- Verso. (2020) Uma filosofia de não-violência: Judith Butler entrevistada por Alex Doherty. 14 de Setembro de 2020 [https://www.versobooks.com/blogs/4851-a-philosophy-of-nonviolence-judith-butler-interviewed-by-alex-doherty?fbclid=IwAR2lOigmgCVqGaRsuCbrlnhQhTTUfqvpWBhOA\\_MlwKFHf2ocleDcn35zsds](https://www.versobooks.com/blogs/4851-a-philosophy-of-nonviolence-judith-butler-interviewed-by-alex-doherty?fbclid=IwAR2lOigmgCVqGaRsuCbrlnhQhTTUfqvpWBhOA_MlwKFHf2ocleDcn35zsds)
- Verso. (2020) Judith Butler: acerca da COVID-19, a política de não-violência, necropolítica, e desigualdade social, 23 de Julho de 2020  
[https://www.youtube.com/watch?v=6Bnj7H7M\\_Ek](https://www.youtube.com/watch?v=6Bnj7H7M_Ek)
- Walker, G. (2003). “As Políticas Conceptuais da Luta”: Espancamento de Esposas, o Movimento das Mulheres e o Estado”, em Estudos em Economia Política: Desenvolvimentos no Feminismo, 2ª ed., editado por C. Andrews. Toronto: Women’s Press
- Women’s Earth Alliance e Native Youth Sexual Health Network. (2016) Violência na terra, violência no nosso corpo: Construir uma resposta indígena à violência ambiental  
<http://landbodydefense.org/uploads/files/VLVBReportToolkit2016.pdf>
- WoMin African Alliance e CRNG. (2020) Armas, Poder e Política Relatório de Pesquisa: Extractivos e a Violência Contra as Mulheres no Zimbabwe  
<https://womin.africa/vaw-research/>
- WoMin African Alliance, e Justiça Ambiental. (2020) Armas, Poder e Política Relatório de Pesquisa: Extractivos e Violência contra as Mulheres em Moçambique  
<https://womin.africa/vaw-research/>
- WoMin African Alliance and Network Movement for Justice and Development, Women and Mining. (2020) Armas, Poder e Política Relatório de Pesquisa: Extractivos e Violência contra as Mulheres na Serra Leoa  
<https://womin.africa/vaw-research/>
- WoMin Africa Alliance. (2020) Nota conceptual sobre alternativas de desenvolvimento
- WoMin e CSU (2020) Draft do relatório





womin

